

AS LIÇÕES NÃO APRENDIDAS

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

caio@canaplan.com.br

“Não são esquecidas as lições aprendidas na dor.”

Provérbio Africano

A primeira década dos anos 2000 é um testemunho dos momentos “stop and go” (para/segue) que caracterizam as políticas públicas no Brasil. O mundo vive algumas lições importantíssimas com relação à bioenergia que mostrou forte decolagem no início de 2000. Os fatores mais marcantes das políticas públicas vieram na forma de subsídios governamentais, como nos EUA e Europa, com rupturas tecnológicas como o carro flexível no Brasil e a pressão global para maior utilização de biocombustíveis como alternativa ambientalmente positiva em relação aos combustíveis fósseis.

Tanto nos EUA como na Europa, o processo político teve foco em Mandatos, deixando ao mercado a opção do crescimento da oferta. Mandatos significam obrigatoriedade, assim como a lei da mistura do etanol anidro na gasolina “A” brasileira.

No Brasil, ao modelo mandatário do anidro somou-se o efeito da demanda dos carros flexíveis, vendidos a um índice mensal de 85 a 88% do total de veículos leves comercializados.

No período, o crescimento foi, de fato, impressionante (22% ao ano):

Tabela 1: Crescimento da Oferta de Etanol nos Principais Países Produtores - Período 2003 a 2010	
Países	Crescimento (%)
EUA	24
Brasil	15
União Europeia	44
Fonte: EIA, UNICA, USDA; Análise Bain & Company	

Esse crescimento leva analistas menos ligados ao tema a pressupor a cadeia da agroenergia em excelente posição. Mas o fato real é que essa agroindústria vive uma duríssima crise.

Em síntese, a produção nos EUA estagnou em 2014, assim como o Brasil e a União Europeia.

Relatório preparado por Bain & Company questiona o otimismo anterior, caracterizando o declínio do crescimento. Entre 2011 e 2013, o consumo de etanol estagnou entre 79 e 83 milhões de m³ no mundo, com taxas de crescimento absolutamente contrárias às vistas anteriormente:

Tabela 2: Taxa de Crescimento do Consumo de Etanol no Mundo Período 2011 a 2013		
Países	Taxa 2003 – 2010 (%)	Taxa 2011 – 2013 (%)
EUA	24	1
Brasil	15	3
Europa	44	-3
China	15	9
Canadá	31	7
Outras	32	-6
Global	22	1
Fonte: EIA, UNICA, USDA; Análise Bain & Company		

A análise mostra que há uma série de barreiras ao crescimento em todos os mercados, incluindo “a falta de adesão dos consumidores, matéria prima limitada, infraestrutura inadequada para a mistura de etanol, conversão da frota menor que o previsto e a preocupação sobre o impacto dos biocombustíveis nos preços dos alimentos juntamente com orçamentos mais apertados devido à crise econômica global em 2008 - 2009.

Mas é chave que se coloque uma lente de aumento sobre os fatos no Brasil. Não se pode deixar de olhar os grandes aspectos que levaram aos investimentos e taxas elevadas de crescimento no período 2003-2010 e, após, as baixas taxas entre 2011 e 2013:

- a) Petróleo a preços elevados (> US\$ 100/barril) e energia elétrica (co-geração) como um “seguro” ao crescimento do país vis a vis consumo dessa energia;
- b) Lançamento dos carros flexíveis;
- c) Suporte formidável do BNDES via financiamentos aos “greenfields” e expansões;
- d) Imposto estadual (ICMS) menor para o etanol em alguns estados, com destaque para São Paulo;
- e) Políticas do governo FHC (2002) implantadas com a CIDE em realce e a desregulamentação setorial.

A participação do etanol no consumo de combustíveis do Ciclo Otto no Brasil foi de 34% em 2005 e 36% em 2012. Esses números que sugerem estabilidade não sustentam a tese quando abertos ano-a-ano:

Tabela 3: Participação do Etanol no Consumo do Ciclo Otto no Brasil	
Ano	Participação do Etanol (%)
2005	34
2006	36
2007	41
2008	45
2009	48
2010	45
2011	38
2012	36
Fonte: ANP	

}

}

FASE DAS
POLÍTICAS
MANTIDAS

FASE DA PERDA
DAS POLÍTICAS
AO SETOR

Isso traz, imediatamente aos estudiosos do setor, a lembrança de décadas anteriores.

Os erros de políticas, como o vácuo de definições entre 1992 a 2002 (10 anos), só não sacrificaram mais o setor face a valorização do açúcar e do álcool anidro no exterior. Nesse período, ainda havia forte intervenção de governo.

Nossa lente de aumento sai um pouco dos deslizes de ação direta do governo, como o fato de ter sido zerada a CIDE, no 1º Governo Dilma, e incide sobre fatores como o aumento dos custos de produção pelo aprendizado da mecanização de plantio e colheita da cana-de-açúcar e uma nova e forte regulamentação nos campos trabalhista e ambiental sem o devido amparo dos ganhos de produtividade. Soma-se a isso a queda real efetiva dos preços setoriais no mercado doméstico com o etanol (com o congelamento dos preços da gasolina) e no mercado externo com os 4 anos seguidos de excedentes de açúcar, graças ao subsídios na Ásia.

A queda da produtividade agroindustrial no Brasil foi assustadora, num período de grande crescimento da participação do capital internacional no Brasil.

A alavancagem setorial foi aumentada significativamente no período de crescimento, gerando um endividamento crescente e assustador pela falta de margens às indústrias.

Esse aprendizado, doloroso, indica que o apoio do governo é essencial pois no caso brasileiro o etanol hidratado, privado, compete com a gasolina no monopólio Petrobrás. Assim, em mercado, a CIDE é essencial como um “cobertor” às políticas de preços da gasolina e é moderna como forma de cobrar as externalidades negativas da gasolina. Recentemente, em Davos, Lawrence Summers, um dos principais economistas nos EUA, pronunciou-se favorável a uma taxa de carbono sobre os combustíveis fósseis, visando a redução do aquecimento global, principalmente com os atuais baixos preços dos combustíveis fósseis. Para tanto, é essencial a estabilidade política e fundamental o investimento em pesquisas, onde a 2ª geração de etanol ganha enorme importância em redução de custos via uso integral da biomassa e, ao mesmo tempo, viabilizando o etanol como uma real commodity, em mercado aberto.

As últimas posições do novo governo federal, da área econômica, são o sentido do apoio à recuperação setorial, iniciado pela CIDE. Sabe-se que isso não é suficiente, assim como não o é o aumento da mistura do etanol anidro na gasolina (de 25% para 27%). O fundamental é que se tenha segurança aos investimentos, limpando a nódoa ao capital aplicado no setor na década passada, com mudanças nas regras do “jogo”; a segurança se obtém via medidas efetivas e transparentes, com compromissos formais de longo prazo.

O momento vivido pelo setor é de constrangimento, perplexidade e, também, de esperança. A esperança qualificada como aquela que se alicerça em premissas efetivas e não ilusões. Aliás, falando em ilusões, é importante a nossa consciência que a resposta às mudanças fundamentais virá no médio prazo, não no curto prazo. As safras mostrarão problemas e se projetarão positivamente após 3 anos, sem dúvidas.

A queda livre dos preços do petróleo desde junho de 2014 guarda relação com o período de meados da década de 1980. Naquele tempo, os preços baixos se mantiveram por cerca de 10 anos, o que preocupa a alguns. Agora, o momento é outro, com as perspectivas de consumo de petróleo para frente e investimentos se reduzindo. O tempo, agora, será bem mais curto e os preços do barril de petróleo ficarão, talvez, abaixo de US\$ 100 mas, para haver investimento, ao redor de US\$ 70/barril.

Estaremos competindo sim!